



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
2019
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Março/2020

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO CEFOR
RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – 2019
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
DADOS DA INSTITUIÇÃO	3
PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	3
PERSPECTIVA ESTRATÉGICA.....	8
2. INDICADORES.....	10
ENSINO	10
PESQUISA	19
EXTENSÃO	20

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem o objetivo de sintetizar os resultados do processo de autoavaliação institucional estabelecido pelo Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), escola de governo vinculada à Câmara dos Deputados. O processo de autoavaliação visa promover a melhoria contínua da qualidade e o incremento da eficácia institucional, acadêmica e social do Programa.

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da Escola de Governo: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados.

Código da IES: 201207891

Caracterização de IES: Instituição Pública Federal – Escola de Governo

Estado: DF Município: Brasília

Atos do credenciamento: Portaria MEC nº 51, de 11/1/2005 (credenciamento *lato sensu* por 5 anos), Portaria MEC nº 666, de 22/5/2017 (credenciamento *lato sensu* por 8 anos) e Portaria MEC nº 1331, de 8/11/2012 (credenciamento *stricto sensu*).

Gestores responsáveis: Juliana Werneck de Souza (Diretora do Cefor) e Fabiano Peruzzo Schwartz (Coordenador do Programa de Pós-Graduação).

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

MISSÃO

O Programa de Pós-Graduação do Cefor tem como missão preparar profissionais no campo dos estudos legislativos, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, na forma presencial ou a distância, nos níveis *lato sensu* e *stricto sensu*, visando ao fortalecimento institucional do Poder Legislativo.

OBJETIVO

Promover a formação e a qualificação de pessoas nas áreas do saber legislativo, em nível da pós-graduação, bem como fomentar e disseminar a produção de conhecimento sobre o Legislativo.

ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

Para cumprir sua missão, o Programa de Pós-Graduação possui orientação estratégica para os eixos de ensino, pesquisa e extensão, que constituem vertentes integradas e complementares de atuação. Oferece ampla gama de cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) voltados ao público interno, ao servidor público e à sociedade em geral. Apresenta forte atuação em pesquisa, por meio de Grupos de Pesquisa e Extensão que congregam docentes, discentes e pesquisadores internos e externos. Na vertente da extensão, é relevante a atuação na promoção de eventos de circulação do conhecimento, como as Jornadas de Pesquisa e Extensão e o Ciclo de Palestras da Pós-Graduação, e em publicações em periódicos científicos, com destaque para a Revista E-

Legis, do Programa, classificada com Qualis B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais.

AÇÃO INSTITUCIONAL

O Programa de Pós-Graduação tem vinculação orgânico-institucional direta com o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, e mantém escopo de atuação consistente com as atribuições constitucionais da mantenedora, especificamente seus processos legislativos e administrativos. O foco é a formação superior de profissionais com habilidades e competências necessárias à análise crítica dos diversos aspectos do Poder Legislativo, capazes de apresentar contribuições para o aprimoramento das funções da Câmara dos Deputados e demais casas legislativas, sobretudo aquelas ligadas ao fortalecimento da democracia e do exercício da cidadania.

O Programa instala-se em edifício próprio do Cefor, que apresenta condições adequadas e bom nível de acessibilidade universal para realização de suas atividades, com salas de aula, laboratórios, auditório, espaços de convivência, dependências para atendimento a alunos e professores e demais áreas de aprendizagem. Compartilha sinergicamente dos recursos e instalações da Câmara dos Deputados, usufruindo principalmente dos espaços de atuação política e da biblioteca, que possui elevado nível de serviços e volumoso acervo.

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação e seu processo são valorizados pelo Programa de Pós-Graduação, com base nos princípios de participação dos atores e sob a perspectiva de orientação formativa, visando à transformação qualitativa da Câmara dos Deputados, dos seus discentes, docentes e da sociedade.

Vista e praticada como processo sistemático de obter, organizar, analisar, interpretar informações e formular juízos de valor, a avaliação direciona-se à efetividade dos resultados, oferecendo subsídios para mudanças com vistas ao desenvolvimento institucional, individual e coletivo. Assim, o Programa passa a ter elementos para o seu autoconhecimento e, dessa forma, adquire condições para aperfeiçoar e direcionar suas ações.

A autoavaliação segue os critérios estabelecidos pelo MEC para avaliação de escolas de governo com vistas à oferta de cursos de especialização e pela Capes para avaliação do Mestrado Profissional em Poder Legislativo.

O Programa de Pós-Graduação do Cefor dedicou o ano de 2019 ao aprimoramento do processo de avaliação interna com o propósito de identificar potencialidades, detectar elementos frágeis, definir indicadores e verificar se os objetivos estão sendo alcançados, com vistas à melhoria da qualidade acadêmica.

As principais ações realizadas durante o ano de 2019 foram:

- Avaliação de egressos do Mestrado, incluindo extrato Lattes de produção acadêmica, comunicação periódica por meio de newsletter e formulário eletrônico de avaliação (survey) abrangendo questões sobre os impactos profissionais, acadêmicos, pessoais e sociais decorrentes da participação no Mestrado.
- Avaliação de docentes do Mestrado, por meio da compilação de indicadores de publicações registradas no Lattes, visando o reenquadramento de professores permanentes e colaboradores, conforme previsto em regulamento próprio. A avaliação utilizou o programa Extrato Lattes, desenvolvido internamente, levando em consideração as necessidades do Programa e as orientações da Capes e da Área de Ciência Política e Relações Internacionais.

- Avaliação dos trabalhos de conclusão de curso do Mestrado, com vistas à análise de adequação às linhas de pesquisa propostas, com geração de relatório que subsidia decisões relativas ao processo seletivo de alunos regulares.
- Avaliação de disciplinas do Mestrado com base em três dimensões de avaliação: autoavaliação do aluno, avaliação da disciplina e avaliação da atuação do docente. Os resultados são monitorados pela Coordenação e comparados com as avaliações de semestres anteriores. Variações bruscas no desempenho dos docentes ou nos itens de qualidade da disciplina são objeto de reunião com os respectivos professores para a tomada de ações corretivas.

INSERÇÃO SOCIAL

O Programa de Pós-Graduação, por suas características próprias, configura-se como espaço privilegiado de produção e disseminação do conhecimento inerente ao Poder Legislativo, atuando sistematicamente na educação legislativa continuada como um processo de desenvolvimento pessoal, de preparação para o trabalho e para o exercício da cidadania. As ações de educação, pesquisa e extensão contribuem para trazer à reflexão questões relativas à agenda do Legislativo, aos anseios e à participação da sociedade, à transparência e fiscalização dos atos públicos, à qualidade das leis, à educação política e ao aperfeiçoamento da gestão, entre outras.

A comunidade acadêmica do Programa participa ativamente da atividade política, acarretando repercussões na sociedade. Os discentes atuam em diversas áreas, levando os conhecimentos adquiridos e discutidos no âmbito acadêmico para a administração das casas legislativas, gabinetes parlamentares, consultorias legislativas, imprensa, sociedade civil organizada, dentre outros. Um exemplo do reflexo das pesquisas do programa na sociedade é o aplicativo “Monitora, Brasil!”, desenvolvido com a participação de um dos egressos do Mestrado, cujo trabalho abordou os dados governamentais abertos. O aplicativo “Monitora, Brasil!” é uma ferramenta gratuita que possibilita a qualquer pessoa pesquisar e monitorar o trabalho de Deputados Federais e Senadores. No período eleitoral de 2018, ganhou ampla divulgação em jornais e sites, chegando a mais de cem mil *downloads*.

Ainda com foco na criação de produtos voltados ao aperfeiçoamento do Poder Legislativo e ao desenvolvimento da sociedade, o Programa de Pós-Graduação passou a adotar diversas modalidades de trabalhos de conclusão de curso para o Mestrado Profissional em Poder Legislativo, além da tradicional dissertação. O objetivo é incentivar discentes e docentes a adotarem formatos variados de trabalho, como *softwares*, materiais didáticos e até Projetos de Lei (categorizado como projeto técnico). Essa iniciativa despertou maior interesse na diversificação das pesquisas e do produto final do curso, como, por exemplo, o robô digital Ulysses que usa inteligência artificial para a tradução de textos legislativos.

A perspectiva de inserção social do Programa se reforçou em 2019 com a continuidade das ações de parceria com escolas de governo como o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado Federal, e o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), do Tribunal de Contas da União (TCU).

Nesse âmbito, merece destaque o acordo de cooperação firmado entre Câmara dos Deputados, Senado Federal, Tribunal de Contas da União e o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD), para a promoção do primeiro Curso de Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, dirigido a servidores do Poder Legislativo e de outros órgãos públicos do país.

Outra ação de parceria estratégica entre Câmara dos Deputados, Senado Federal e Tribunal de Contas da União, por meio das suas escolas de governo, foi a realização do Curso de Especialização em Avaliação de Políticas Públicas, atendendo a alunos das casas

promotoras e de outras instituições do Poder Executivo federal. O curso tem previsão de término em 2020.

Ainda no sentido de ampliação das parcerias, foi promovida a igualdade de condições entre candidatos do Senado e da Câmara dos Deputados no processo seletivo para aluno regular do Mestrado.

O Cefor participa da Rede Nacional de Escolas de Governo, cujo objetivo é aumentar a eficácia dessas instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e nos três poderes, ao tempo em que busca incentivar o compartilhamento de conhecimentos e trabalhos em parceria. Participa, também, do Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU), que reúne escolas de órgãos como Tribunal de Contas da União, Senado Federal, Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF), Universidade do Banco Central (Unibacen) etc. Essa parceria, formalizada em protocolo de cooperação específico, permite a promoção conjunta de eventos, participação em projetos de pesquisa coletivos e outras ações.

A Câmara dos Deputados mantém parcerias com instituições de ensino superior, como a Universidade de Brasília, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal da Bahia, a Fundação Getúlio Vargas e o IESP-UERJ. Docentes e pesquisadores dessas instituições participam de grupos de pesquisa, coordenados por servidores da Câmara dos Deputados, que estudam temas comuns de interesse do Legislativo, ministram aulas e palestras e participam de atividades de intercâmbio acadêmico entre as instituições. A parceria com o IESP-UERJ permitiu a realização, entre 2014 e 2018, do Doutorado Interinstitucional em Ciência Política (Dinter), destinado à titulação de 15 servidores efetivos da Câmara dos Deputados.

Vários outros acordos para promoção de cooperação educacional e técnico-científica foram celebrados, como o estabelecido com a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), com organizações do terceiro setor e outras instituições. Essas parcerias permitiram a recepção de estudantes das organizações, bem como a discussão de temas comuns em projetos de pesquisa.

Com foco na sociedade, a Coordenação de Educação para a Democracia do Cefor desenvolve ações visando ao letramento político dos cidadãos, por meio de diversificadas metodologias, integrando práticas e valores relacionados à representação política e ao processo legislativo na Câmara dos Deputados. Essas ações são configuradas em vários programas, como o Parlamento Jovem Brasileiro, o Estágio-Visita de Curta Duração, a Escola na Câmara, o Estágio Cidadão, o Missão Pedagógica no Parlamento, o Estágio Participação e a Oficina de Atuação no Parlamento.

Educação a distância

Os professores e alunos contam com o apoio da Coordenação de Educação a Distância do Cefor, que possibilita o uso da plataforma Moodle como apoio às atividades presenciais. A plataforma funciona como repositório de materiais e conteúdos, disponibilizando biblioteca digital, além de permitir interação entre os alunos e entre o professor e os alunos por meio de fóruns, chats, wikis etc. Com a plataforma, o aluno e o professor têm acesso a outros cursos e programas autoinstrucionais que abordam temas transversais ao conteúdo do Mestrado e das especializações, como Accountability Política, Gênero e Atuação Legislativa e Papel do Legislativo, entre outros (www.camara.leg.br/ead).

O Cefor também mantém a plataforma da Escola Virtual de Cidadania – EVC (www.camara.leg.br/evc), um espaço aberto a todos os cidadãos que reúne produtos e objetos educacionais sobre educação política e educação para democracia. Além do acesso a todo o conteúdo, docentes, discentes e egressos têm seus trabalhos divulgados na série “Publicações e estudos”, que disponibiliza levantamento do material acessível na Câmara dos Deputados sobre um tema específico, incluindo artigos publicados na Revista E-Legis e

trabalhos acadêmicos. Já foram disponibilizados os levantamentos dos temas participação popular, democracia e gênero. Outros produtos da EVC são as séries “O que é”, um dicionário político virtual com explicações, exemplos e curiosidades sobre política, “Próximas eleições – O que muda”, explicando as alterações eleitorais que entrariam em vigor em 2018 e o site educativo (com a premissa de ter uma navegação interativa, fluida e com total acessibilidade para pessoas com deficiência visual e auditiva) com alguns temas como: “Inclusão, educação e trabalho”; “O papel das leis”; “Participação política”; “Como criar uma Procuradoria da Mulher nas Casas Legislativas”.

Em 2019 foram transmitidas uma série de 26 vídeos com temas ligados à Pós-Graduação, como Jornadas de Pesquisas e Extensão, Ciclos de palestras, aulas inaugurais, oficinas, mesas redondas e eventos. Todos ficam disponíveis no canal do Youtube (www.youtube.com/ceforcdvideos). Além disso, foram ofertadas 1.558 vagas para cursos a distância com tutoria.

INFRAESTRUTURA

Instalações físicas

O Cefor possui auditório com capacidade de 122 lugares, recursos audiovisuais e sistema de teleconferência. São nove salas de aula e uma sala multiuso, todas com quadro branco, projetor multimídia e computador, ar-condicionado e apontador automático de lápis.

Estão disponíveis três laboratórios de informática, sendo duas salas com capacidade para 12 alunos e uma sala com capacidade para 24 alunos. São igualmente equipados com projetor multimídia, impressora e computadores para docente e alunos, conectados à internet pelo sistema de banda larga da Câmara dos Deputados, com link dedicado. O prédio do Cefor dispõe de acesso à internet via wireless, para utilização pelos servidores e visitantes. Estão instalados, nos computadores dos laboratórios de informática, o pacote Microsoft Office Professional e os programas R, RStudio, XMind e CorelDraw (Adobe).

A Coordenação de Pós-Graduação, com 12 servidores efetivos e 1 estagiário, funciona em três salas no Cefor, totalizando 72 m². Estão disponíveis, para uso administrativo, dez microcomputadores, uma TV 32", duas impressoras laser, sendo uma com impressão colorida e outra monocromática, ambas com recursos de digitalização de documentos. Todos os computadores estão conectados à Internet pelo sistema banda larga da Câmara dos Deputados.

O Cefor dispõe de dois geradores de energia, cada um com potência de 750 KVA, capacidade para 1.100 litros de combustível (óleo diesel), com autonomia de 30h. Há também uma lanchonete escola do SENAC que oferece alimentação completa para almoço e lanches, além de copa/refeitório com 14 lugares. Possui, ainda, um setor de reprografia com máquinas para produção de grandes volumes de material. Em caso de necessidade, pode-se recorrer à Gráfica da Câmara dos Deputados, que tem condições de fornecer serviços gráficos com mais recursos.

O prédio do Cefor conta ainda com caixa eletrônico, sistema de segurança com câmeras de vídeo, foyer para realização de coquetéis e confraternizações, área de convivência com 160 m², ao ar livre, iluminado e climatizado com cascata, para a realização de atividades como oficinas, socialização e integração.

É importante ressaltar que o Cefor, enquanto órgão da Câmara dos Deputados, conta com toda a infraestrutura da Casa, que abrange uma área total superior a 150.000 m² de área construída com auditórios de múltiplos tamanhos, salas diferenciadas, espaços de convivência, restaurantes, lanchonetes etc.

Biblioteca

A Biblioteca Pedro Aleixo integra o Centro de Documentação e Informação e tem como principal função subsidiar as atividades legislativas e administrativas dos membros e servidores da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. Possui acervo aproximado

de 200.000 volumes e 2.060 títulos de revistas especializadas, com foco em Ciências Sociais e ênfase em Direito, Ciência Política, Economia e Administração Pública. No tocante a alunos, professores e pesquisadores, a biblioteca disponibiliza textos científicos e livros, inclusive por meio de novas aquisições, demandados nos planos de curso das disciplinas do Mestrado e nos projetos dos grupos de pesquisa. Destaca-se que pesquisadores, discentes e docentes do Programa possuem o direito ao dobro do prazo e o dobro da quantidade de livros por empréstimo em relação aos demais servidores da Câmara dos Deputados.

A biblioteca é depositária das publicações editadas pela Câmara dos Deputados, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências, incluindo as editadas no Brasil pela UNESCO, pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Possui também valioso acervo de obras raras, totalizando aproximadamente 4.700 volumes, consistindo de pós-incunábulo, livros raros em sua primeira edição, livros esgotados, livros de editores famosos, periódicos valiosos, Coleção das Leis do Brasil, Coleção de Diários Oficiais que, iniciada em 1862, estende-se até 1899, e exemplares da legislação portuguesa e da legislação estadual brasileira.

Além das bases de dados existentes, a Câmara dos Deputados dispõe de acesso ao Portal de Periódicos da Capes, Proquest, ABNT, entre outros, e também à Rede Virtual de Bibliotecas (Rede RVBI), que agrega de forma cooperativa recursos bibliográficos, materiais e humanos de doze bibliotecas públicas: Advocacia-Geral da União, Câmara Legislativa do DF, Ministério da Justiça, Procuradoria-Geral da República, Senado Federal, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas do DF, Tribunal de Justiça do DF, Tribunal Superior do Trabalho e a própria Câmara dos Deputados.

PERSPECTIVA ESTRATÉGICA

O Programa de Pós-Graduação passa por uma etapa de revisão de sua estrutura curricular em relação aos cursos de *lato* e *stricto sensu*. Em 2018, a Resolução do Ministério da Educação CNE/CES nº 1 priorizou diretrizes mais abrangentes, estabeleceu critérios para criação de cursos *stricto sensu* a distância, desburocratizou fluxos e criou novas perspectivas de cursos *lato sensu*. Entre as alterações, merece destaque a possibilidade de os programas *stricto sensu* converterem em certificado de especialização os créditos de disciplinas cursadas no mestrado, mediante o cumprimento de requisitos estabelecidos em regulamento.

Nesse sentido, em 2019, o Programa de Pós-Graduação encaminhou proposta de atualização do seu Regimento, na qual busca reestruturar seus órgãos colegiados de forma a atender crescentes demandas acadêmicas com mais agilidade e eficiência. Há, nesse contexto, a previsão de oferta contínua de curso de especialização no âmbito da estrutura de disciplinas do Mestrado, com alcance, inclusive, para o público externo. Dessa forma, é possível atender aos anseios da sociedade e cumprir os objetivos institucionais de desenvolvimento e educação em nível de pós-graduação com melhor aproveitamento e economia de recursos, em consonância com a proposta de reforma administrativa em curso na Câmara dos Deputados. Cabe observar que a cada ano aumenta o número de alunos especiais matriculados nas disciplinas do Mestrado, os quais serão beneficiados com essa possibilidade.

O Plano Estratégico do Programa, estabelecido para o período 2017-2020, é avaliado e revisto ano-a-ano, adequando-se aos desafios surgentes no cenário institucional e às demandas da sociedade.

Em 2019, destacam-se as seguintes ações nas vertentes de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelo Programa:

- Início da 8ª turma do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, com ingresso de 12 novos alunos e respectivas propostas de estudos dentro das linhas de pesquisa do curso.
- Realização de 11 bancas de defesa de trabalhos de conclusão do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, com a consequente formação de mestres na área de concentração do curso que constitui a pluralidade do saber e do fazer legislativo
- Conclusão do Curso de Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, realizado em parceria com o Senado Federal, o Tribunal de Contas da União e o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquentes (ILANUD). Foram 31 alunos formados, constituindo uma primeira ação de cunho pedagógico focada na reflexão crítica sobre formas de combate à criminalidade e às injustiças sociais.
- Continuidade do Curso de Especialização em Avaliação de Políticas Públicas, em parceria com o Senado Federal e Tribunal de Contas da União, por meio das suas escolas de governo, atendendo a 42 alunos das casas promotoras e de outras instituições do Poder Executivo federal. O curso tem previsão de término em 2020.
- Revisão do processo seletivo para aluno regular do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, visando à adequação da distribuição de orientandos por docente e à definição de temáticas apropriadas para os projetos de pesquisa, de forma a considerar o perfil do corpo docente, a aplicabilidade dos trabalhos produzidos e os respectivos impactos regional e institucional. A revisão contemplou também a igualdade de condições de participação para servidores do Senado e demais instituições com as quais a Câmara dos Deputados tem acordo de cooperação, com ampliação da inserção social do curso.
- Realização da X Jornada de Pesquisa e Extensão, com o tema “Legislativo Digital: desafios para os novos caminhos da democracia”.

A seguir são apresentados os indicadores de desempenho relativos às três vertentes de atuação do Programa: ensino, pesquisa e extensão.

2. INDICADORES

ENSINO

A vertente do ensino corresponde à formação de profissionais altamente qualificados para aprofundar e complementar conhecimentos e competências necessárias ao domínio de funções definidas na sua atuação profissional, por meio de cursos de pós-graduação interligando diversas áreas do saber relacionadas às atividades do Legislativo. São áreas mais notoriamente abrangidas pelos cursos a Ciência Política, o Direito, a Administração Pública e a Comunicação Social. Especificamente no Mestrado Profissional em Poder Legislativo, são estudadas três linhas de pesquisa: 1) Gestão Pública no Poder Legislativo; 2) Processos Políticos do Poder Legislativo; 3) Política Institucional do Poder Legislativo. Na Tabela 1 são apresentados os principais indicadores.

Tabela 1: Principais indicadores - Ensino
2005 - 2019

Quantidade de cursos (2005-2019)	37
- Cursos <i>lato sensu</i>	27
- Cursos <i>stricto sensu</i>	10
Alunos regulares (2005-2019)	965
Egressos dos cursos <i>lato</i> e <i>stricto sensu</i> (2005-2019)	798
Egressos do Mestrado	74
Alunos especiais (2005-2019)	877

Desde o início de suas atividades, em 2005, o Programa vem se estruturando no sentido de oferecer diversas oportunidades de educação legislativa em nível de pós-graduação. São realizados cursos *lato* e *stricto sensu*, que podem ser próprios, em parceria ou contratados, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1: Oferta de Cursos do Programa



Até o final de 2019 o Programa realizou 37 cursos (considerando novos cursos, edições de cursos já ofertados ou turmas de cursos regulares, como o Mestrado), com entrada de 965 alunos regulares. Concluíram seus cursos com aprovação 798 alunos regulares, incluindo 74 mestres formados no Mestrado Profissional em Poder Legislativo. Além desses, houve a entrada de 877 alunos especiais, a grande maioria no Mestrado.

A Tabela 2 relaciona os cursos realizados, a quantidade de alunos regulares que ingressaram e que concluíram seus cursos, e de alunos especiais.

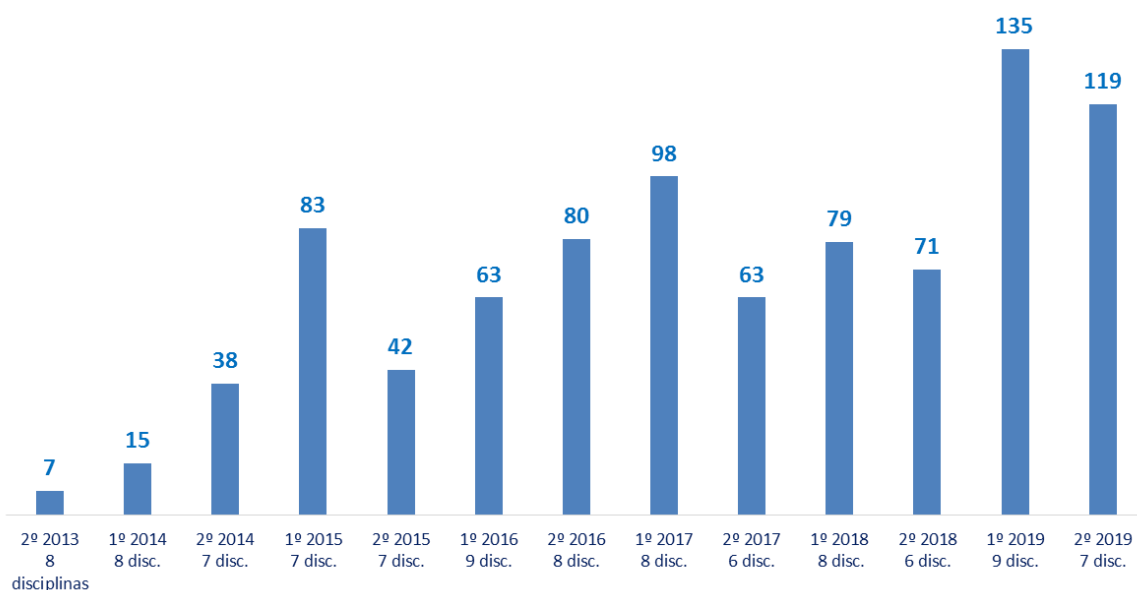
Tabela 2: Cursos realizados pelo Programa, quantidade de alunos e de egressos 2005 - 2019

Curso	Regime	Quant. turmas	Quant.alunos regulares	Quant. egressos	Quant. especiais
Mestrado Profissional em Poder Legislativo <i>*3 turmas em andamento</i>	Próprio	8	127	74	863
Especialização em Processo Legislativo (PL)	Próprio	6	178	170	-
Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo (IP)	Próprio	4	111	100	-
Especialização em Política e Representação Parlamentar (PRP)	Próprio	2	59	52	-
Especialização em Legislativo e Políticas Públicas (LPP)	Próprio	1	30	28	-
Especialização em Gestão Pública Legislativa (GPL)	Próprio	1	21	21	-
Especialização em Parlamento e Direito (PD)	Próprio	2	39	30	14
Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL)	Próprio	1	30	27	-
MBA em Governança Legislativa	Próprio	2	57	53	-
Especialização em Orçamento Público (OP)	Parceria	3	100	85	-
Especialização em Auditoria Interna e Controle Governamental (AICG)	Parceria	1	33	33	-
Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos	Parceria	1	38	31	-
Especialização em Avaliação de Políticas Públicas (APP) <i>*1 turma em andamento</i>	Parceria	1	42	-	-
Especialização em Psicodinâmica do Trabalho	Contratado	1	25	25	-
Especialização em Contabilidade Pública	Contratado	1	30	26	-
Mestrado e Doutorado Interinstitucionais em Ciência Política - IUPERJ	Contratado	1	30	30	-
Doutorado Interinstitucional em Ciência Política (Dinter) – IESP-UERJ	Contratado	1	15	13	-
Total		37	965	798	877

No Mestrado, merece destaque o crescimento da quantidade de alunos especiais matriculados nas disciplinas optativas oferecidas a cada semestre. Essa modalidade de ingresso possibilita ao possível interessado se tornar aluno regular, conhecer a estrutura do curso, contatar professores e orientadores e acumular créditos para posterior aproveitamento. Além disso, proporciona ao Programa o alcance de um público mais amplo, com a recepção de alunos de diversos segmentos da sociedade.

A quantidade de matrículas de alunos especiais, por semestre letivo, com a informação da quantidade de disciplinas ofertadas, está apresentada no Gráfico 1.

Gráfico 1: Quantidade de alunos especiais matriculados no Mestrado
2013 - 2019



A evolução ao longo do tempo, tanto da quantidade de cursos realizados, quanto do número de alunos ingressantes, resultante da regularidade da oferta, sugere que o Programa está consolidado no âmbito da Câmara dos Deputados e que possui atratividade para profissionais que atuam no Poder Legislativo e em outras instâncias de governo, bem como para a sociedade em geral.

ÍNDICE CANDIDATO/VAGA

Os cursos oferecidos pelo Programa são abertos à participação tanto de servidores da Câmara dos Deputados quanto de outros interessados, sejam ou não vinculados a instituições públicas ou privadas. As regras são definidas em edital específico para o processo seletivo de cada curso.

A demanda praticamente constante pela formação em nível de pós-graduação parece indicar o interesse de servidores públicos da Câmara dos Deputados e de outras instituições por maior qualificação profissional e acadêmica. A Tabela 3 apresenta o índice candidato/vaga para os cursos de especialização (*lato sensu*) e para o Mestrado (*stricto sensu*).

Tabela 3: Índice candidato/vaga
2005 - 2019

Cursos de especialização próprios (2005-2019)	1,95 (DP = 1,31)
Mestrado (2013-2019)	2,12 (DP = 0,42)

Lato Sensu

O índice de 1,95 candidatos por vaga refere-se aos cursos de especialização próprios ofertados desde 2005, quando do início do Programa. Até 2019 foram realizados 17 cursos de especialização próprios, com média de 30 vagas abertas em cada um.

O curso que apresentou índice mais elevado foi a 1ª edição da Especialização em Processo Legislativo (2005-2006), com 6,46 candidatos por vaga. Essa procura elevada não se repetiu nas edições posteriores dos cursos oferecidos, em função da oferta constante ao longo dos anos. O curso com menor índice foi a 5ª edição da Especialização em Processo Legislativo (2012-2013), com 1 candidato por vaga.

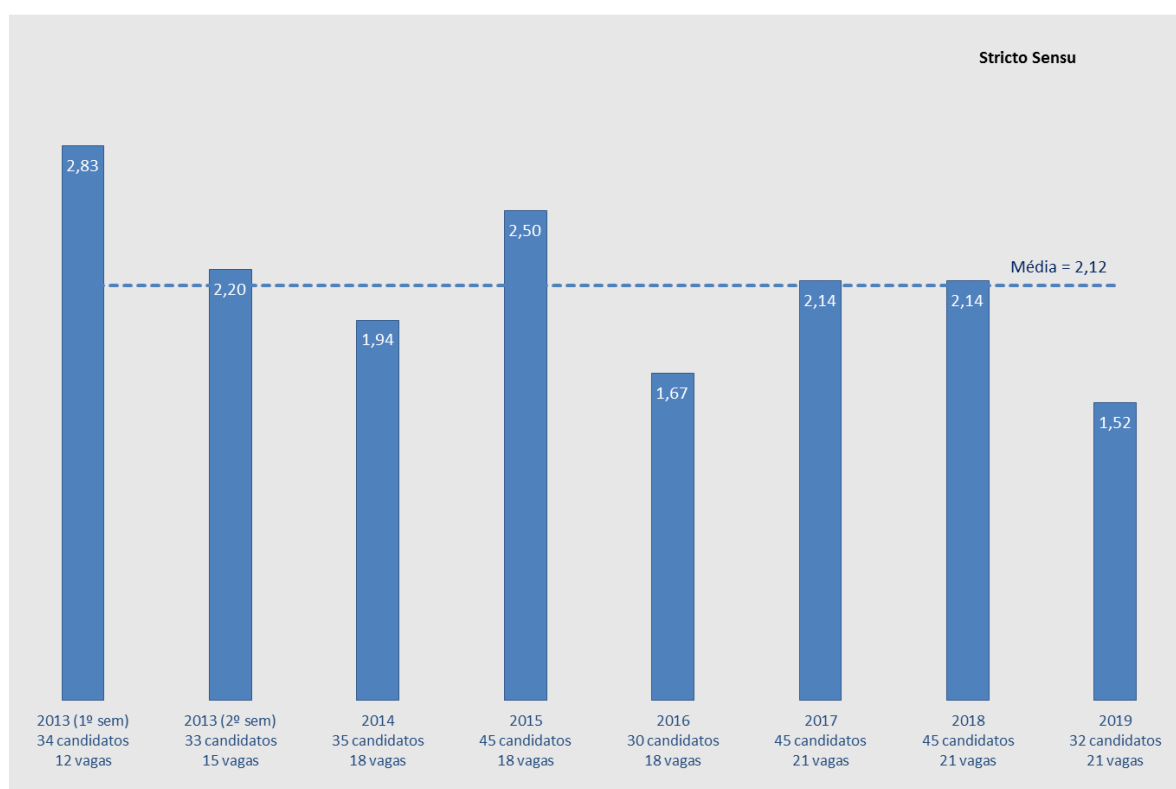
A média dos cursos de especialização realizados nos últimos cinco anos foi de 1,9 candidatos por vaga. Nesse período foram realizados oito cursos próprios, sendo dois em parceria com outras instituições como o Senado e o TCU.

Stricto Sensu

Em 2019 o índice do Mestrado ficou abaixo da média dos anos anteriores, chegando a 1,52 candidatos por vaga. Essa redução pode ser associada a uma diminuição natural da demanda interna, o que gerou iniciativas de ajustes no processo seletivo para 2020. Considerando as oito turmas do Mestrado oferecidas até 2019, o índice é de 2,12 candidatos por vaga (desvio padrão = 0,42).

O resultado do índice relativo ao Mestrado é apresentado no Gráfico 1, por ordem cronológica de oferta das turmas.

Gráfico 1: Índice candidato/vaga do Mestrado
2013 - 2019



ÍNDICE DE EVASÃO

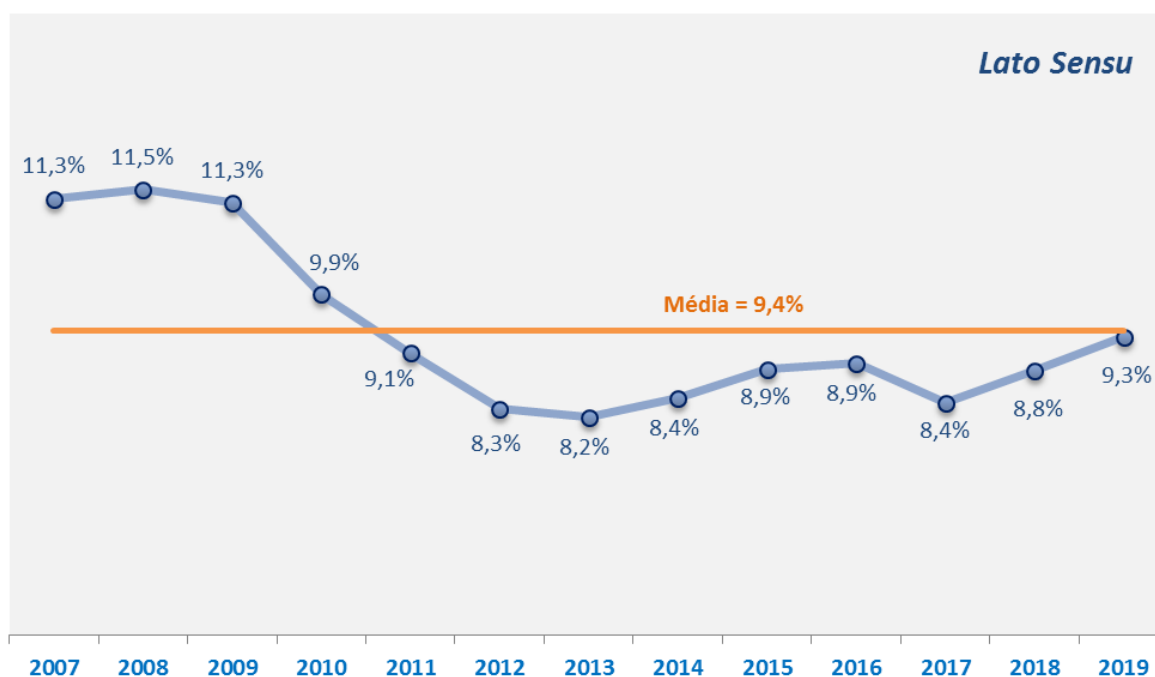
O índice de evasão leva em consideração as desistências e desligamentos dos alunos regulares matriculados após iniciados os cursos.

Tabela 4: Índice de evasão
2005 - 2019

Cursos de especialização (2005-2019)	9,3%
Mestrado – alunos regulares (2013-2018)	7,9%

Considerando alunos regulares de todos os cursos de especialização (próprios e contratados), o índice de evasão experimentou ligeiro aumento, chegando a 9,3%, porém se mantendo ainda abaixo da média histórica do Programa, como pode ser verificado no Gráfico 2. A maior parcela dos casos de evasão nos cursos de especialização se dá por reprovação final ou desistências durante o curso por motivos pessoais.

Gráfico 2: Índice de evasão dos cursos *lato sensu* – alunos regulares
2007-2019



No Mestrado, o índice de evasão de alunos regulares é inferior (7,9%), representado, principalmente, por aqueles que abandonam o curso por iniciativa própria decorrente de incompatibilidade de tempo em relação às atividades do trabalho ou por reprovação em disciplinas. Na Tabela 5 é apresentado o fluxo de alunos regulares de todas as turmas do Mestrado.

Tabela 5: Fluxo de alunos regulares do Mestrado
2013 - 2019

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Consolidado
Entradas	12	15	16	18	12	21	21	127
Interrupções	1	2	4	3	0	0	0	10
Egressos	11	13	12	15	12	11	0	74
Ativos	0	0	0	0	0	10	21	43

TEMPO DE CONCLUSÃO

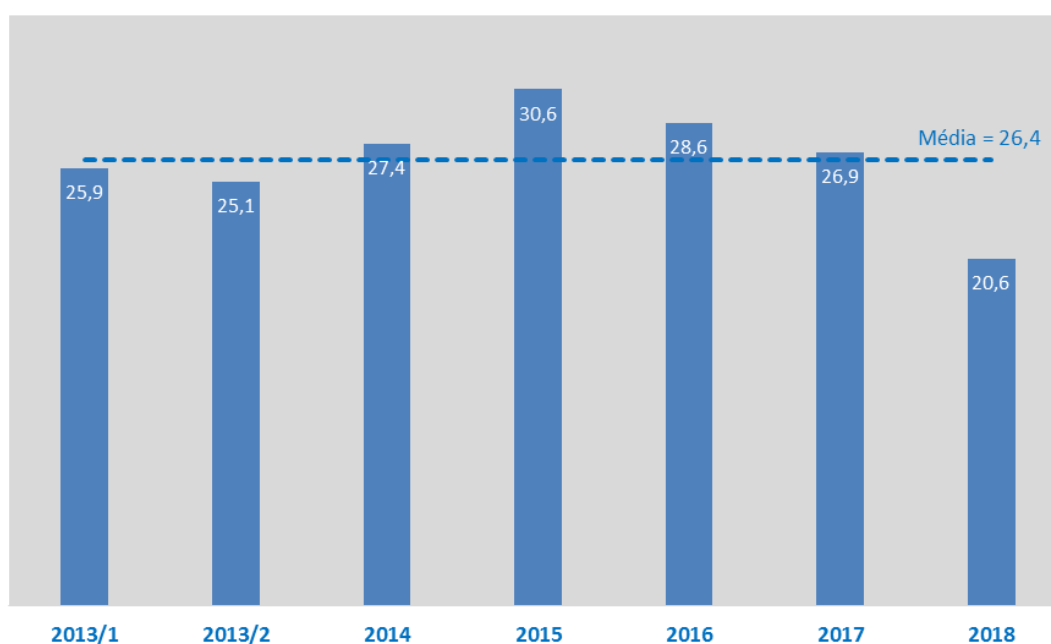
O Regimento do Mestrado Profissional em Poder Legislativo estabelece que o aluno deve concluir o curso no prazo de dois a cinco semestres.

O prazo médio de conclusão de todas as turmas já realizadas do Mestrado alcançou, em 2019, o índice de 26,4 meses (desvio padrão = 3,2), que é correspondente a um período entre quatro e cinco semestres.

Apenas a turma 2015 ultrapassou ligeiramente, em tempo médio, o prazo de conclusão de até 5 semestres. O índice relativo a essa turma sofreu impacto do trancamento de curso por um semestre realizado por um aluno.

O Gráfico 3 apresenta o tempo médio de conclusão (em meses) das turmas do Mestrado.

Gráfico 3: Tempo médio, em meses, de conclusão de curso do Mestrado 2013-2019



Os cursos de especialização, por possuírem cronograma pré-definido e estrutura curricular programada para todos os alunos, possuem prazo médio de conclusão único, em torno de 18 meses.

PERFIL DOS ALUNOS – LATO SENSU E STRICTO SENSU

Tabela 5: Principais indicadores – perfil dos alunos 2005 - 2019

Sexo (2005-2019)	
- Feminino	48%
- Masculino	52%
Idade média - em anos (2005-2019)	38,6
Participação de servidores da Câmara dos Deputados nos cursos (2005-2019)	75%
Participação de servidores efetivos entre os alunos da CD (2005-2019)	76%
Tempo médio de trabalho nas respectivas instituições - em anos (2005-2019)	7,9

Pequena maioria dos alunos regulares dos cursos *lato* e *stricto sensu* do Programa continua sendo do sexo masculino (52%), com ligeira aproximação da quantidade de discentes do sexo feminino em relação aos anos anteriores.

A idade média das turmas até 2019 é de 38,6 anos, alinhando-se ao padrão dos anos anteriores. Já a idade média dos alunos do Mestrado (37,6 anos) é inferior à dos alunos dos cursos de especialização (39,1 anos).

A maior parte dos alunos é servidor da Câmara dos Deputados (75%). Essa participação vem reduzindo ligeiramente em virtude da realização de dois cursos de especialização em parceria (ILANUD e APP), com a entrada de alunos de várias instituições públicas. Outro fator é a crescente participação de alunos externos no Mestrado, que tem média de 26% de alunos que não trabalham na Câmara dos Deputados, percentual que atingiu 33% nos dois últimos semestres.

Dentre os alunos servidores da Câmara dos Deputados, 76% são servidores efetivos. Os demais são cargos de livre provimento, sendo 14% secretários parlamentares (SPs) e 10% ocupantes de cargo de natureza especial (CNE), representando a relevante quantidade de 177 alunos dessa categoria que participaram de cursos de pós-graduação financiados pela Câmara dos Deputados.

Os alunos externos pertenciam, principalmente, às instituições que mantinham acordo de cooperação com a Câmara dos Deputados quando da realização dos cursos, tais como: Advocacia Geral da União (AGU), Câmara Legislativa do DF (CLDF), Controladoria Geral da União (CGU), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Senado Federal (SF) e Tribunal de Contas da União (TCU). Há participação de alunos de entidades representativas, como a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), a Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade (Abralatas), a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Confederação Nacional do Comércio (CNC), o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e a Federação das Indústrias do Estado de SP (Fiesp). Como os cursos são abertos à comunidade, há presença de alunos ligados a diversas instituições dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em nível federal e estadual, bem como de alunos de empresas privadas, partidos políticos ou sem vínculo empregatício.

A média de tempo de trabalho dos alunos nas suas respectivas instituições vem decrescendo. Em 2013 era de 9,5 anos, caiu em 2014 para 8,2 anos, e mais ainda em 2015, para 8 anos, mantendo-se nesse patamar em 2016. Em 2017 caiu mais um pouco, para 7,9 anos, repetindo o mesmo tempo médio em 2018 e em 2019. A turma do Mestrado que iniciou em 2019 tem tempo médio de trabalho de 7,8 anos.

Na Câmara dos Deputados, a maioria dos alunos (63%) atuava na área legislativa, que reúne as unidades ligadas à Mesa Diretora da Casa e à Secretaria-Geral da Mesa. Esses alunos estavam lotados em órgãos como Lideranças, Gabinetes Parlamentares, nas diversas comissões vinculadas ao Departamento de Comissões (Decom), na Consultoria Legislativa, no Centro de Documentação e Informação (Cedi), nos órgãos da Mesa Diretora, na Secretaria-Geral da Mesa (SGM), entre outros.

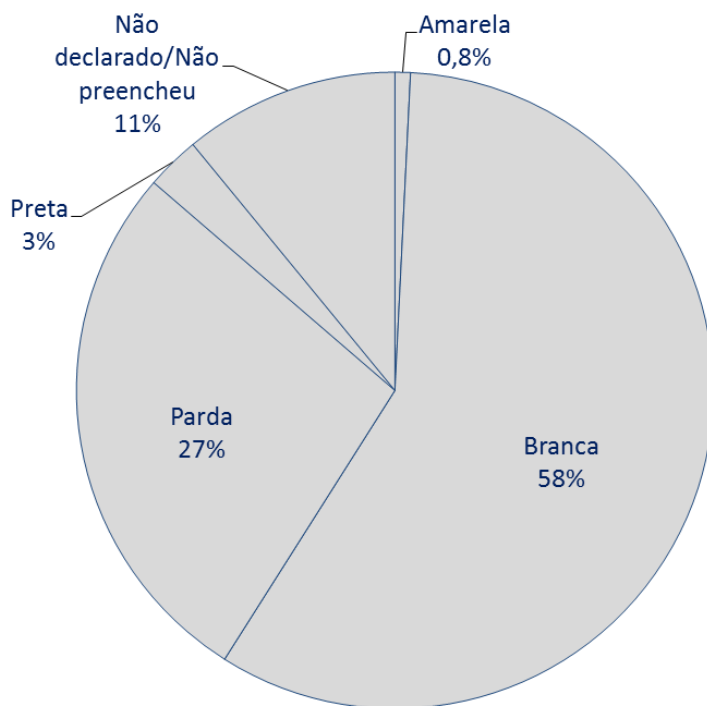
Já os alunos da área administrativa (37%), que reúne as unidades ligadas à Diretoria-Geral da Casa, estavam lotados no Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade (Defin), na Secretaria de Comunicação Social (Secom), no Departamento Médico (Demed), no Centro de Informática (Cenin), no Departamento de Pessoal (Depes), no Departamento Técnico (Detec), entre outros.

O Programa atende a alunos com formação diversificada. Os cursos de graduação mais informados são Direito, Administração, Jornalismo, Contabilidade, Engenharia, Economia e Letras. Parcela correspondente a 14% dos alunos informaram possuir mais de um curso de graduação. A quantidade de alunos que já possuíam cursos de especialização

chegou a 35%, enquanto 6% já tinham mestrado, indicando a atratividade do Programa a indivíduos com formação qualificada.

A partir de 2014 o Programa passou a solicitar a autodeclaração voluntária de raça/cor aos alunos ingressantes, como ação inserida no Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Câmara dos Deputados. Conforme mostrado no Gráfico 4, a maior parcela dos alunos se declara como branco ou pardo. Não houve registro de autodeclaração como indígena.

Gráfico 4: Autodeclaração de raça/cor dos alunos
2014-2019



PERFIL DOS PROFESSORES

Tabela 6: Principais indicadores – perfil dos professores
2005 - 2019

Quantidade de professores que ministraram aulas nos cursos próprios (2005-2019)	102
Professores do Mestrado (2019)	22
Professores servidores da Câmara - cursos próprios de especialização (2005-2019)	82%
Professores mestre ou doutor - cursos próprios de especialização (2005-2019)	80%

Os professores do Programa são, em grande parte, servidores da Câmara dos Deputados que possuem experiência profissional e formação avançada na sua área de atuação. Adicionalmente, o Programa conta com professores externos, oriundos de instituições de ensino e outros órgãos públicos.

Nos cursos próprios, tanto em nível *lato sensu* quanto *stricto sensu*, 102 professores ministraram aulas até o final de 2019.

O Mestrado Profissional em Poder Legislativo possui quadro de 22 professores, sendo 17 permanentes e 5 colaboradores que foram selecionados para essa atividade por meio de processo seletivo. Todos são servidores efetivos da Câmara dos Deputados e

possuem titulação de doutor em diversas áreas, tais como Ciência Política, Ciência da Informação, Sociologia, Direito, entre outras. O conjunto de professores do Mestrado apresenta qualificação coerente com o que é exigido pela Capes, qual seja, corpo docente que combine formação de bom nível com forte expertise profissional e técnica além de inserção na área de atuação.

No grupo de professores dos cursos próprios de especialização, 81 (82%) são servidores da Câmara dos Deputados e 18 (18%) de outras instituições. Dos professores da Casa, 96% são servidores efetivos e o restante são CNEs (3%) e Secretários Parlamentares (1%). Os professores de outras instituições que atuam nos cursos de especialização são, em sua maioria, oriundos da UnB, Senado, TCU, Unieuro e do Uniceub.

O Programa valoriza professores que tenham titulação avançada em suas áreas de atuação. Assim, conforme ilustra a Tabela 8, a participação de professores com titulação de mestre e doutor chega a 80% nos cursos próprios de especialização, superando em muito a exigência do MEC para a modalidade *lato sensu* que é de, pelo menos, 30% de professores com essas titulações.

Tabela 7: Titulação dos professores dos cursos de especialização
2005 – 2019

Professores da Especialização	Quant.	%	
Doutor	40	40%	} 80%
Mestre	39	40%	
Especialista	20	20%	

Os professores dos cursos de especialização possuem formação diversificada, destacando-se aqueles que obtiveram especialização em cursos próprios do Programa, especificamente no Mestrado Profissional em Poder Legislativo (2 docentes), no Curso de Especialização em Processo Legislativo – PL (5 docentes) e no Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo – IP (4 docentes).

A vertente da pesquisa consiste em estimular a reflexão, a criação e a sistematização de conhecimento técnico especializado de docentes e discentes no campo do Poder Legislativo, principalmente por meio de pesquisas realizadas a partir dos Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs).

GRUPOS DE PESQUISA E EXTENSÃO (GPEs)

Tabela 8: Principais indicadores – GPEs
2019

Grupos de Pesquisa e Extensão - GPEs (2019)	21
Pesquisadores membros dos GPEs (2019)	96
Pesquisadores externos nos GPEs (2019)	20

Os GPEs têm como objetivo levantar dificuldades relacionadas a questões próprias do Poder Legislativo e, em consequência, propor soluções e novos horizontes em um processo de análise e organização dos conhecimentos inerentes à função legislativa.

Para tanto, o Programa estabeleceu regras e estratégias no sentido de estimular a participação de alunos, egressos, docentes, servidores em geral e pesquisadores de outras instituições em pesquisas relacionadas aos assuntos próprios do Poder Legislativo. Em consonância com o programa de Mestrado, as pesquisas são aderentes às seguintes linhas: a) Gestão Pública Legislativa; b) Processos Políticos do Poder Legislativo e c) Política Institucional do Poder Legislativo.

Os GPEs passam por um processo de reestruturação no acompanhamento de suas atividades, visando maior eficiência organizacional e otimização da produtividade. Esse trabalho resultou na inclusão de oito grupos permanentes no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq:

- Ciência de Dados Aplicada ao Estudo do Poder Legislativo: abordagem computacional e métodos de análise
- Gestão de Pessoas, Informação e Conhecimento do Legislativo
- Informação Pública no Brasil: estudo sobre a produção legislativa republicana
- O Legislativo e a Política de Saúde no Brasil
- Parlamento e sociedade: representação política, participação e controle social
- Discursos e projetos de mudança social
- Estratégias de construção de vínculo e identidade política dos atores políticos brasileiros
- Parlamento Digital: um inventário das experiências de Parlamento Digital

A redução no número total de GPEs, que chega ao final de 2019 com 21 grupos ativos, reflete a busca por qualidade e efetividade das pesquisas e a consolidação das linhas de pesquisa do Mestrado. Busca-se também aprimorar a gestão dos grupos realizada pela Coordenação. O planejamento é que todos os grupos estejam registrados no Diretório do CNPq.

A extensão objetiva atingir mais diretamente a sociedade e consiste na difusão dos resultados das ações de ensino e pesquisa gerados no Programa. Realiza-se pela edição de publicações como forma de estímulo à difusão do conhecimento legislativo, oportunidades de educação legislativa (focadas quase na totalidade no público externo) e eventos de disseminação científica para a comunidade interessada.

Por ser um Programa voltado para o estudo do Poder Legislativo, o conhecimento produzido está diretamente vinculado às ações de extensão, seja por meio do impacto das pesquisas realizadas, seja por meio da participação ativa de docentes, discentes e pesquisadores na atividade política, administração das casas legislativas, gabinetes parlamentares, consultorias legislativas, imprensa, sociedade civil organizada, dentre outros. Também o acesso facilitado a veículos como Rádio e TV Câmara contribui para a inserção dos docentes e discentes junto à mídia nacional, com possibilidade de publicação de artigos de opinião em veículos específicos, como a revista Congresso em Foco.

Visando à divulgação dos trabalhos produzidos no Programa de Pós-Graduação, em ação conjunta com o Centro de Documentação e Informação (Cedi) da Câmara dos Deputados, todos os arquivos de monografias, dissertações e teses dos alunos que completam os cursos são depositados na Biblioteca Digital. Lá, são publicados segundo as normas de direito autoral e em conformidade com os padrões de apresentação de trabalhos científicos, formando o banco de trabalhos de conclusão de curso.

A pesquisa realizada no âmbito do Programa tem como objetivo responder a questões presentes na Câmara dos Deputados e no Poder Legislativo de uma forma geral. Abaixo são relacionados alguns exemplos de trabalhos de conclusão de curso que apresentam esse tipo de impacto:

- Tradução automática de leis – Mestrado: a pesquisa está subsidiando o trabalho do robô digital Ulysses. O trabalho foi apresentado à União Interparlamentar (organização internacional dos parlamentos dos estados soberanos) para realização de pesquisas conjuntas e troca de informações.
- Dados governamentais abertos: um diagnóstico da demanda na Câmara dos Deputados – Mestrado: verificou-se que o uso dos dados vai além do desenvolvimento de aplicações digitais, sendo úteis também para pesquisas acadêmicas e reportagens, e que os produtos gerados com os dados abertos contribuem para melhoria da transparência da Câmara e muitas vezes estão alinhados com as diretrizes estratégicas da Casa na direção de favorecer o entendimento da sociedade sobre o papel do Legislativo, o funcionamento da instituição e as atividades dos deputados.
- Lobby e a sua regulamentação no Brasil: uma análise sistemática sobre as propostas e possibilidades de normatização – Mestrado: mostrou que a regulamentação, o lobby pode se manifestar como uma atividade transparente e controlável por segmentos da sociedade.
- Representação política das pessoas com deficiência na Câmara dos Deputados: aspectos institucionais e a percepção do representado – Mestrado: resultados para a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Câmara dos Deputados.
- Apuração de Custos no Setor Público: diagnóstico para implantação do SIC – Sistema de Informação de Custos do Governo Federal na Câmara dos Deputados – Mestrado: avaliou as condições necessárias para a implantação de um Sistema de Informação de Custos na Câmara dos Deputados.

- Trabalhadores e o Ambiente de Trabalho no Poder Legislativo Federal Brasileiro: Edifício Doente ou Edifício Adoecedor? – Mestrado: relatou que, como instituição responsável pela elaboração das leis, é importante à CD o autoconhecimento com respeito às condições que provêm ambiente físico e psicossocial adequado aos seus trabalhadores e que valorizem a gestão com ênfase em Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).
- Efeitos do Parlamento Jovem Brasileiro no comportamento político dos egressos (2006 a 2014) – Mestrado: estudou os efeitos do PJB na cultura cívica, no engajamento cívico e na participação política formal dos egressos. Os resultados apontam para uma mudança cultural duradoura e abrangente no nível da atitude política expressa no crescimento da confiança política no Poder Legislativo e, em menor nível, nos partidos políticos.
- Estruturação de Central de Relacionamento com os Deputados – MBA1: implantando em dez/2016, vem atendendo a grande volume de solicitações.
- Contratação de fornecimento de energia elétrica para o Congresso Nacional – MBA2: em implantação.
- Modernização das instalações hidro sanitárias do Anexo IV – MBA2: em implantação.

REVISTA ELETRÔNICA E-LEGIS

Tabela 9: Principais indicadores – E-Legis
2008 – 2019

Edições da Revista E-Legis (2008-2019)	33
Artigos publicados na Revista E-Legis (2019)	43
Artigos publicados na Revista E-Legis (2008-2019)	250

Quanto às publicações, destaca-se a Revista eletrônica E-Legis (ISSN: 2175-0688), publicada desde 2008, em que são divulgados resultados de pesquisa voltados para temas relevantes sobre o Legislativo. A revista é aberta para submissões de trabalhos de autores interessados nas questões do Poder Legislativo, abrindo espaço para trabalhos, artigos e relatos de pesquisas produzidos por alunos, professores e pesquisadores vinculados aos cursos e aos grupos de pesquisa e extensão da Câmara dos Deputados.

Os objetivos da E-Legis compreendem o estímulo à circulação de ideias e incentivo ao debate de temas ligados às linhas temáticas do Programa, a contribuição para o enriquecimento do processo de produção e a disseminação de conhecimento próprio do Poder Legislativo, tornando-se um dos veículos privilegiados de divulgação de estudos e pesquisas realizados na área.

A E-Legis é publicada quadrimestralmente (desde 2013) e oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização do conhecimento.

No sistema de avaliação adotado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), denominado Qualis, a Revista E-Legis é classificada no estrato B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais. Essa qualificação reforça a relevância da Revista e gera a perspectiva de ampliar seu reconhecimento pela comunidade científica.

A E-Legis está indexada na base de dados Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal), que é um sistema de informação dedicado ao registro e difusão de revistas acadêmicas editadas nos países ibero-americanos. Está em processo de aceitação nas

bases de dados Redalyc (Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal), Clase (Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades) e Doaj (Directory of Open Access Journals). Também vem empreendendo ações visando sua indexação na base de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online).

Diante do crescimento e da consolidação da revista E-Legis, e visando alcançar maior internacionalização e visibilidade, está disponível a publicação de versões trilingües (português, inglês e espanhol), incluindo os volumes publicados a partir de 2017.

Em 2019 a Revista eletrônica E-Legis alcançou seu 30º número, além de publicar três edições especiais, chegando ao total de 33 edições, com 250 artigos.

EVENTOS

Tabela 10: Principais indicadores - eventos
2019

Eventos realizados pelo Programa (2019)	21
Público inscrito nos eventos (2019)	1.372

No decorrer de 2019, foram realizados 21 eventos abertos à comunidade acadêmica e a participantes externos ao Programa, com público total de 1.372 pessoas. Tratam-se de atividades diretamente ligadas ao ensino e à pesquisa realizados pelo Programa de Pós-Graduação, com a participação de professores, alunos e egressos, além de docentes e pesquisadores externos, como público e como apresentadores dos resultados de suas pesquisas.

Destaca-se a Jornada de Pesquisa e Extensão, organizada anualmente pelo Programa de Pós-Graduação. Trata-se de evento anual voltado à discussão de ideias a respeito do Parlamento brasileiro, disseminando o conhecimento que é produzido no âmbito do Mestrado, das especializações e dos grupos de pesquisa, bem como a produção oriunda de outros órgãos parceiros e demais pesquisadores.

Em 2019 foi realizada a X Jornada de Pesquisa e Extensão, com o tema “Legislativo Digital: desafios para potencializar a democracia”. O evento reuniu cerca de 200 participantes e 47 trabalhos de pesquisa tratando de questões relativas à expansão digital como fenômeno e tendência atual e seus impactos no Poder Legislativo. Realizada em parceria com a Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação da Câmara dos Deputados, proporcionou palestras e discussões com professores sobre temáticas como transformação digital do governo, parlamento digital como fortalecedor da democracia, entre outros.

Também merecem destaque as aulas inaugurais dos semestres letivos, proferidas pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, que discursou sobre o tema “Uma agenda para o futuro”, com grande audiência de público, e do Professor Manoel Leonardo Santos, do Departamento de Ciência Política da UFMG, sobre o tema “Poder Legislativo: novos olhares”.

Durante o ano de 2019 foram realizadas edições do Ciclo de Palestras, que são atividades periódicas com o objetivo de levar a alunos, professores e ao público do Programa informações relativas às diferentes temáticas do Poder Legislativo. Além de ampliar o escopo de conhecimento, as palestras também incentivam a pesquisa e o pensamento crítico ao divulgar estudos e possibilidades de atuação diversas das tratadas em sala de aula. Foram promovidas 11 palestras em 2019, atingindo público presencial e também por meio de transmissões via canal digital.

Cursos para o aprimoramento dos trabalhos de pesquisa dos alunos do Mestrado foram promovidos dentro do Ciclo de Oficinas. Durante o ano de 2019 foram oferecidas cinco oficinas.

O Ampliar, rede de alunos regulares, professores e egressos dos cursos *stricto sensu* do Programa, realizou dois encontros em 2019, com o lançamento de grupo de discussão em rede social (Linkedin). O objetivo é ampliar laços, redes, contatos, conhecimentos, pesquisas e resultados, buscando propiciar comunicação mais eficaz entre os participantes e fortalecer a colaboração em pesquisa e ensino sobre o Poder Legislativo.